



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – 2018.

Data: 18/06/2018

Horário: 10h:30min

Local: Sala de reunião dos Órgãos Colegiados, no edifício-sede do Ministério Público de Roraima.

Pauta:

01. Leitura, discussão e aprovação da **Ata da 6ª Sessão Ordinária** – realizada em 04JUN2018.

02. Processo Nº 022/2018 – PA/PGJ – ASSUNTO: Dr. Valmir Costa da Silva Filho, Promotor de Justiça, requer a concessão de 30 dias de licença prêmio a contar de 02/07/18.

03. Processo Nº 018/2018 – PA/PGJ – ASSUNTO: EDITAL DE PROMOÇÃO Nº 001, DE 04 DE MAIO DE 2018. A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que se encontra vago um cargo de Promotor de Justiça, Titular da Promotoria da Comarca de São Luiz, a ser preenchido por promoção voluntária, pelo critério de merecimento (art. 118 da Lei Complementar Estadual nº 003/94). Os Promotores de Justiça Substituto deverão, no prazo de 10 (dez) dias corridos, manifestar por escrito, seu interesse na vaga, observando-se para o seu preenchimento o art. 119 da Lei Orgânica do Ministério Público de Roraima -

Deliberação em Procedimentos Preliminares e Inquéritos Cíveis Públicos

Da relatoria do Conselheiro Dr. Alessandro Tramuja Assad
CI nº 010/2018/GPJATA

04. Inquérito Civil nº 002/2015 – PJCARACARAÍ.
ORIGEM: PP 002/15 - PJCARACARAÍ.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ASSUNTO: Apurar conduta em tese omissiva do Município de Caracarái em executar e manter corretamente o serviço público essencial de iluminação pública, percebida no não acendimento de outras luminárias públicas nas principais ruas e avenidas desta cidade, e no acendimento de outras luminárias públicas em praças, ruas e avenidas, em plena luz do dia, causando gastos injustificados de energia elétrica e de dinheiro público.

05. Inquérito Civil nº 001/2016/PJPAC/MP/RR.

ORIGEM: PP nº 001/2016/PJPAC/MP/RR.

ASSUNTO: Apurar se o Conselho Tutelar de Pacaraima encontra-se aparelhado adequadamente para prestar um bom atendimento.

06. Inquérito Civil nº 007/2015 – PROSAÚDE/MP/RR.

ORIGEM: PP nº 007/15/PROSAÚDE/MP/RR.

ASSUNTO: Verificar a oferta de cirurgia de catarata para o paciente J.M.J.

07. Inquérito Civil nº 033/16-C – PROSAUDE/MP/RR.

ORIGEM: PP nº 033/2016/PROSAUDE/MP/RR.

ASSUNTO: Verificar as condições de funcionamento do Palácio dos Sindicatos.

08. Inquérito Civil nº 044/2014 – PROSAÚDE.

ORIGEM: PP nº 044/14/PROSAÚDE/MP/RR.

ASSUNTO: Verificar a falta de exame de ultrassonografia do ombro esquerdo e do medicamento notrexona à paciente Regina Sandeleuma Oliveira Loureiro.

09. Inquérito Civil nº 044/2016 – PROSAÚDE.

ORIGEM: PP nº 044/16/PROSAÚDE/MP/RR.

ASSUNTO: Verificar o processo de concessão de tratamento fora de domicílio para o paciente W.M.C.

10. PP nº 05/2016 – PJ CARACARAÍ.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 06/2016.

ASSUNTO: Averiguar notícia que dá conta da não realização de exames médicos no Hospital Irmã Aquilina, situado em Caracarái/RR.

11. PP nº 053/2017 – PROSAÚDE.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 013/2017-PROSAÚDE.

ASSUNTO: Verificar a falta de oferta de cirurgia para troca de marca-passo ao paciente A.L.S.

12. TAC 004/2018 – PRODECC/MP/RR.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ORIGEM: Notícia de Fato nº 017/2018.

ASSUNTO: Termo de Ajustamento de Conduta 004/18 – PRODECC/MP/RR.

13. Inquérito Civil nº 110/2008 – PJ SÃO LUIZ DO ANAUÁ.

ORIGEM: OFÍCIO Nº 004/2008/GSRJ – Gabinete do Senador Romero Jucá, datado de 08/01/2008.

ASSUNTO: Apurar supostas irregularidades na prorrogação (aditivos) do contrato de fornecimento de refeição aos presos da cadeia pública de São Luiz, formado entre o Estado de Roraima e a empresa R.B. PINHEIRO.

14. Inquérito Civil nº 027/2015 – PJMA/2ºTIT/MP/RR.

ORIGEM: PP Nº 027/15/PJMA/2ºTIT/MP/RR.

ASSUNTO: Apurar infrações ambientais e urbanísticas(Loteamento no bairro Operário) em face de Francisco Marcelo da Silva e Raimundo Alves dos Santos.

15. Inquérito Civil nº 003/2014 - PJ SÃO LUIZ DO ANAUÁ.

ORIGEM: PP Nº 003/14/PJSLA/MP/RR.

ASSUNTO: Apurar denúncia de irregularidade na folha de pagamento dos servidores municipais de Educação do Município de Bonfim/RR.

16. Inquérito Civil nº 144/2011 - PJ SÃO LUIZ DO ANAUÁ.

ORIGEM: PP Nº 144/11/PJSLA/MP/RR.

ASSUNTO: Apurar denúncia de desrespeito à probidade administrativa, prática de atos de corrupção e falta de decoro na conduta pública pelo vereador Juaraci Francisco dos Santos.

17. Inquérito Civil nº 001/2017 - PJ MUCAJAÍ.

ORIGEM: PP Nº 001/17/PJMUCAJAÍ/MP/RR.

ASSUNTO: Apurar o descumprimento pelo Município de Mucajaí/RR, do art. 29 da Lei Municipal nº 415/2015 e art. 16 da Resolução nº 170 do CONANDA, em vista de não viabilizar no âmbito de sua atribuição a nomeação de Conselheiro Tutelar Suplente, nas hipóteses de afastamento dos Conselheiros Tutelares regularmente investidos no cargo.

18. Inquérito Civil nº 002/2013 – PJ PACARAÍMA.

ORIGEM: PP Nº 002/13/PJPACARAÍMA/MP/RR.

ASSUNTO: Apurar denúncia de desvio de recursos públicos praticado pelo Prefeito de Uiramutã, Sr. Eliésio Cavalcante de Lima.

19. Inquérito Civil nº 015/2013 – PJ PACARAÍMA.

ORIGEM: PP Nº 015/13/PJPACARAÍMA/MP/RR.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

ASSUNTO: Apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos Estaduais no município de Amajari/RR.

20. Inquérito Civil nº 008/2017 – PRODECC/MP/RR.

ORIGEM: PP Nº 008/17/ PRODECC//MP/RR.

ASSUNTO: Apurar suposta violação contra direito do cidadão, consistente na permanência, por tempo excessivo, em fila de espera para atendimento na Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças – SEPF.

21. Inquérito Civil nº 010/2013 – PRODEPP/MP/RR.

ORIGEM: PP Nº 010/13/ PRODEPP//MP/RR.

ASSUNTO: Apurar se a CAER está cumprindo a Lei 8.666/93, quanto à obediência da ordem cronológica de pagamentos.

22. Inquérito Civil nº 006/2016 – PJ MUCAJAÍ/MP/RR.

ORIGEM: PP Nº 006/16/PJMUCAJAÍ/MP/RR.

ASSUNTO: Acumulação indevida de cargo público por parte de Maria do Socorro Rezende da Cruz.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público
Procuradora-Geral de Justiça